

A CULTURA E A POLÍTICA: ENCONTROS FRUTÍFEROS DE UMA AGENDA DE PESQUISA

A “cultura” e a “política” enquanto esferas conceituais e analíticas de compreensão da vida social, percorreram caminhos de aproximação e distanciamento. Ao enlace característico das explicações presentes nas grandes teorias sucedeu-se a divisão do trabalho interdisciplinar, que conformou o plano das especializações, separando os espaços do conhecimento.¹

Atualmente, uma conexão mais orgânica entre os temas convencionalmente relacionados à “cultura” ou à “política” está em curso. Dois movimentos sinalizam essa perspectiva. De um lado, uma espécie de repensar das teorias do mundo social, nomeada por alguns de “crise de paradigmas”, que traz efeitos sobre o modo como se pensa o sentido das ações cotidianas. De outro, o arejamento oriundo de pesquisas voltadas para “comportamentos coletivos” que procuram incorporar uma visão de totalidade dos fenômenos sociais. Buscar a política fora da “política” ou procurar a dimensão simbólica das relações de poder constituem indicações dessa interação entre domínios da vida social.

O presente artigo, que parece partir de uma reflexão ambiciosa, aponta conclusões modestas: mais atestar sintomas de confluências temáticas que ultrapassam fronteiras disciplinares que propriamente discutir aspectos te-

IRLYS ALENCAR FIRMO BARREIRA*

RESUMO

O artigo trata das articulações entre os temas ligados à cultura e à política, considerando a existência de uma recente conexão orgânica, advinda de um repensar sobre as teorias do mundo social e de um movimento concreto das pesquisas, que superam os limites formais entre os campos do conhecimento. As reflexões fundamentam-se inicialmente em um plano conceitual, abordando em seguida os modos como os conceitos de cultura e de política passam a ser articulados e analisados no interior das discussões sobre movimentos sociais e campanhas eleitorais. O “diálogo” entre os conceitos de cultura e política promove uma relação de enriquecimento mútuo que retira a análise dos fenômenos políticos de um enquadramento restrito, ao mesmo tempo que acrescenta às percepções dos processos culturais os temas referentes ao conflito, incluindo as estratégias do poder simbólico.

* Doutora e Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da UFC.

óricos e epistemológicos subjacentes a essa questão. As reflexões tampouco pretendem uma “história” das teorias interpretativas do mundo social. Antes, pontuações até certo ponto aleatórias, condicionadas pela experiência da autora como professora da disciplina “cultura e política” e pesquisadora da linha de pesquisa que tem o mesmo nome.

A referência à cultura como elemento importante para a compreensão dos fatos sociais (incluindo grupos, instituições, atores e processos sociais) vem gradativamente impondo-se no cenário das ciências sociais. Não tanto pela novidade, visto que a cultura é um tema que constitui o próprio objeto antropológico, tornando-se também clássico nas discussões sociológicas que enfatizaram o papel das normas e padrões na estruturação de papéis e estratificação social.²

O elemento importante, e talvez novo, a considerar é a existência de temas de pesquisa que atualmente privilegiam manifestações culturais e políticas como dimensões que se articulam e se alimentam, formando espécies de “campos temáticos” que ultrapassam a divisão convencional das especialidades disciplinares.

É, sobretudo pela constatação da diversidade, da historicidade de processos sociais

que a cultura em sua expressão pluralista volta à cena para nos lembrar o plano complexo e contraditório das formas de pensar e agir no mundo. Desvinculada, portanto, de uma ótica universalista e padronizada que marcou a percepção da ordem, a exemplo da escola funcionalista, a invocação feita atualmente à dimensão cultural ocorre através da pluralidade ou dos conflitos que presidem a constituição do campo simbólico.

Cardoso de Oliveira (1990), nos lembra, nesse sentido, que no campo da antropologia o paradigma hermenêutico começa a se impor a partir da recuperação da subjetividade do indivíduo e da história, enquanto elementos que foram anteriormente domesticados sob o princípio norteador de uma ordem constitutiva do mundo social. Sem entrar no mérito das discussões epistemológicas dessa questão enfrentada pelo autor, importa simplesmente evidenciar as dimensões múltiplas e diversificadas, recuperadas nas recentes abordagens que recolocam a questão da cultura no cerne das reflexões.

A partir de diferentes objetos de investigação, o olhar sobre a “cultura” aponta uma espécie de inflexão na maneira de perceber os fenômenos sociais. A trajetória complexa e contraditória desses fenômenos evidenciaria a expressão pluralista da cultura, atuando como uma espécie de pano de fundo, a lembrar a multiplicidade de experiências que cercam o comportamento humano.

Contra a absolutização normativa de práticas sociais, as abordagens que enfatizam os temas mais diretamente ligados à cultura buscam, a partir de uma visão não funcional, simultaneamente, afirmar a tradição e a diversidade de experiências. Se através da tradição a cultura pode tornar-se expressão de uma ordem social, pela diversidade, ela atesta o lado emergente de um mundo social em constante transformação.³ As discussões sobre a importância da “cultura” como variável explicativa dos comportamentos sociais são, no entanto, atravessadas por polêmicas. Entre elas, destaca-se a crítica ao seu caráter afirmador de diferenças que terminam postulando ou solidifican-

do desigualdades sociais entre países, raças e grupos sociais. Trata-se de um argumento fortemente contestado por Shalins (1997), para quem a experiência da ação humana através de meios simbólicos de que trata especialmente a “cultura” não pode ser abandonada. Isso colocaria em risco a própria explicação da vida em sociedade. A “cultura” não estaria, na sua acepção, fadada ao desaparecimento face ao processo crescente de globalização, tendo em vista situações de florescimento, exemplificadas através de estudos etnográficos que apontam a relação dialética entre contatos culturais e renovação de culturas locais.

A presença da categoria cultura na análise de comportamentos e processos sociais pode ser percebida através de exemplos concretos. Desde 1994, o título de propostas de Grupos de Trabalho apresentados para aprovação na ANPOCS tinha o tema da cultura como complemento. “Cultura e Mídia”, “Cultura e Identidade”, “Cultura e Etnia” são exemplos de que há um sentido implícito de busca de explicações que remetem ao tema da cultura, atuando como variável mediadora entre processos e comportamentos sociais.

Particularmente, o Grupo de Trabalho da ANPOCS denominado Cultura e Política abrigou discussões que associavam, de diferentes maneiras, o conteúdo político de práticas culturais ou os valores e símbolos que estruturam as ações políticas efetivadas por diferentes grupos sociais. Além desses exemplos, a construção de uma linha de pesquisa nomeada de cultura e política, em diferentes programas de pós-graduação, bem como a existência de pesquisas que tentam relacionar esses conceitos, anteriormente retidos no espaço das divisões disciplinares, oferecem a oportunidade de reflexão.

As temáticas da “cultura” e da “política” sinalizam um encontro complexo abordado por investigadores que se debruçaram sobre essa problemática no espaço concreto de suas pesquisas e teóricos preocupados em romper as cadeias limitadoras das fronteiras disciplinares, veiculando pontos de interseção entre diferentes domínios do conhecimento. Em termos de

organização das discussões, pretende-se neste artigo apontar inicialmente a presença da “cultura” e da “política” no espaço das divisões disciplinares. Em seguida, serão abordados os modos como esses conceitos passam a ser articulados e analisados no interior das discussões sobre movimentos sociais e campanhas eleitorais. A escolha desses campos temáticos para fundamentar os argumentos justifica-se tanto pela experiência de pesquisa da autora nesses assuntos, como pela constatação da existência de deslocamentos de percepção da política da esfera institucional (Estado, sindicatos e partidos) para o plano dos espaços socioculturais. É nessa perspectiva que se estabelecem laços orgânicos entre símbolos, comportamentos políticos e representações sociais.

CULTURA E SOCIOLOGIA: UMA ANTIGA CONVIVÊNCIA

Não por acaso, o fenômeno denominado de “pós-modernidade” é apresentado sob a forma de mudanças culturais que aparecem na construção de categorias novas para se pensar o tempo e o espaço, explicitadas através de novas linguagens estéticas (Giddens, 1991).

Efeitos dessa discussão no âmbito da retematização dos objetos de investigação são importantes para o prosseguimento dessa reflexão. A valorização do imaginário ou do simbólico, enquanto planos imprescindíveis à explicação de práticas coletivas, fez com que antigos temas, antes pensados sob a ótica dos conflitos clássicos, referidos sobretudo à estrutura produtiva, passassem a ser mediados pelo espaço das representações culturais. Estas funcionando como espécies de lugar de mediação entre os espaços coletivos e individuais, ora como crenças, ou mitos que constituem a vida social.

Tudo o que se quer chamar atenção nesse momento é para a presença marcante, na área da sociologia, de temas referentes a cultura, que incidem sobre o enfoque dos objetos de investigação e a maneira de pensarmos a sociedade contemporânea.

A influência da hermenêutica, o desenvolvimento da semiótica e a valorização da

sociologia de Durkheim, da perspectiva de recuperação do simbólico, têm-se constituído como espécie de movimento renovador que atravessa pensadores europeus e americanos.

E aqui, valeria a pena retomar os argumentos de Alexander (1987), quando afirma que a solução para o debate sociológico, que opôs durante a história dessa disciplina os conceitos de ação e estrutura, é a percepção da cultura como elemento explicativo para a análise da sociedade contemporânea. Segundo suas palavras:

Há um abismo crescente entre a maioria das novas tendências sintéticas em teoria geral, de um lado, e a atenção à teoria da cultura que tem caracterizado a nova teorização macro em suas formas mais substantivas, de outro. Apenas se os teóricos gerais estiverem preparados para entrar no campo dos “estudos culturais” – equipados, é claro, com seu instrumental sociológico – é que a ponte pode ser gradualmente construída sobre o abismo (1987, p. 27).

O que há de importante nas formulações de Alexander é o reconhecimento de uma agenda crescente de “questões culturais”, que precisa articular-se com as teorizações macrossociais, de modo a enriquecer ou renovar o pensamento sociológico.

Tal articulação tem, no entanto, raízes já firmadas. Dias (1993), analisando a tradição pré-sociológica dos estudos culturais no Brasil, pensa em diferentes eixos a partir dos quais essa questão foi discutida. Segundo ele, o período inicial de formação da sociologia brasileira no século XIX, tem expressividade nos trabalhos de Sílvio Romero, autor preocupado com a temática da evolução cultural. Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala*, postula as diferenças a serem estabelecidas entre raça e cultura, colocando-se também como estudioso preocupado em estabelecer diretrizes à compreensão da dinâmica sociocultural brasileira.

A constituição de uma “sociologia da cultura” tem em Antônio Cândido e Maria Isaura Pereira de Queiroz os seus expoentes mais

expressivos, os quais, sob a influência de Roger Bastide, enfatizaram a importância de fenômenos que foram considerados como expressões emblemáticas da sociedade brasileira.

Os debates que se efetivaram na década de 50, incluíram a formulação de projetos políticos para a nação, através da busca de autenticidade cultural e da crítica da relação entre colonizador e colonizado. Posteriormente, muitos trabalhos dedicaram-se a discutir questões de identidade nacional e identidades regionais, mais especificamente o papel que os intelectuais, na função de mediadores, desempenharam no desenvolvimento da “cultura popular”.

Constata Dias que os debates culturais no Brasil associaram identidade nacional e cultural, diferentemente de pensadores europeus, que trabalharam com maior diversidade conceitual, absorvendo, portanto, com maior eficácia, a dinâmica interna da coletividade. Essa diversidade conceitual permitiu pensar as interações existentes entre diferentes áreas do conhecimento, fundamentadas no solo comum da percepção da importância da cultura como elemento de análise da vida social.

Em acréscimo às formulações de Dias, é possível pensar nesse crescente complexo interativo entre cultura e sociologia, que passa a ocorrer de forma institucionalizada, através da designação de grupos de trabalho, em eventos científicos e pesquisas que relacionam essas temáticas de forma mais ou menos explícita.

As reflexões que fundam a sociologia estão também fortemente fincadas em preocupações políticas, tomando-se como exemplo as discussões teóricas e pesquisas envolvendo os temas da estratificação, mobilização, industrialização e conjugação de processos sociopolíticos. A sociologia latino-americana e a sociologia brasileira, a partir da busca da identidade nacional, voltavam-se para entender as raízes políticas da chamada “dependência”, considerada por excelência a teoria paradigmática para explicar os processos sociais e políticos que marcaram nossa história desde o início.

As conexões entre “cultura” e “política” respondem também a mudanças que se processam no mundo da teoria, com base no flu-

xo de debates e correntes intelectuais que povoam o campo intelectual. Nesse sentido, parte da recuperação de temas vinculados à cultura na área da sociologia deve-se à crítica dirigida a análises de influência marxista, que minimizaram o mundo das representações ou o perceberam como reflexo das condições objetivas da vida social.

As formulações de Castoriadis (1982) sobre o imaginário, por exemplo, repousam na crítica à explicação objetivista dos comportamentos coletivos ou ao papel das instituições, percebido como fruto de uma racionalidade econômica ou política. O imaginário, que em sua dimensão restrita ou radical, aglutina experiências e percepções cristalizadas no espaço do inconsciente, é analisado pelo autor como cimento que constitui o mundo social.

Esse é um exemplo, entre tantos outros, de teorizações que criticaram as abordagens estruturais da sociedade, considerando fortemente a presença de dimensões culturais como aspecto relevante na explicação de fatos sociais, não redutíveis ao espaço da chamada “superestrutura”.

Outra forma de abordagem do fenômeno político refere-se às tentativas de percepção do poder, inspiradas em Foucault, apontando linguagens e dispositivos disciplinares que repercutem sobre a visão da política em seus meandros menos visíveis. A política, não só como exercício prático de efeitos diretos sobre as relações de poder, mas constituída a partir de saberes e crenças que solidificam e regulam adesões, demanda a necessidade de percepção da dinâmica cultural em torno do qual diferentes temas são abordados.

Em termos genéricos, e sem abarcar as possibilidades de categorização temática, poderíamos destacar três vertentes interpretativas que inter-relacionam cultura e política a partir de ângulos diferentes. Citaríamos a tradição de estudiosos da política que se referenciam na noção de sistema Dahl (1956), procurando entender de que modo sistemas culturais articulam-se a sistemas políticos. Menos receptivo à compreensão das ligações cotidianas entre cultura e política, o modelo sistêmico congrega um conjunto interdependente de funções

dotado de uma lógica interna e capacitado a conectar-se com outros sistemas.

Em outra direção, as relações entre ideologia e política, situadas a partir de uma perspectiva marxista, trabalham a necessidade de entendimento de comportamentos coletivos a partir de vivências culturais e históricas. Lembremos aqui as contribuições de Gramsci, Luckacs e Lefebvre que, entre outros, conduziram as discussões que aproximam os caminhos da cultura e da política, a partir de uma ótica não linear. Nesse sentido, valorizaram as dinâmicas processuais ou as vivências do mundo cotidiano como sendo propulsoras de culturas diferenciadas e espaços potenciais de transformação histórica.

A descoberta ou redescoberta do plano simbólico como elemento constitutivo das práticas políticas coloca um conjunto de novas formulações que aparecem de diferentes maneiras. Nelas, vemos a valorização da linguagem como estratégia de poder (Bourdieu), de mitos ou mitologias que se encarnam em lideranças políticas (Girardet) ou as formas cotidianas de poder, exercidas a partir de práticas disciplinares (Foucault).

Essas vertentes, selecionadas de modo arbitrário e sem o rigor de uma história substantiva dessa interação, sinalizam apenas interfaces temáticas que parecem, recentemente, superar paradigmas clássicos, para constituírem-se em ferramenta teórica utilizada em pesquisas que se alimentam através de problemáticas relativas aos temas da “cultura” e da “política”.⁴

Da perspectiva antropológica, as aproximações entre cultura e política recobrem um conjunto de questionamentos que, embora antigo, é redimensionado à luz da sociedade contemporânea. Partindo do suposto de que o lugar do exercício da política não se encontra uniforme e centralizado, diferentes antropólogos buscaram pensar os mecanismos sociais a partir dos quais se estruturam as disputas e conflitos. Com base em estudos sobre sociedades africanas ou asiáticas, antropólogos passaram a repensar o conceito de Estado, ampliando também a noção de poder não restrita à sua ótica convencional.

Assumindo a questão da diversidade cultural, Balandier (1969), por exemplo, critica a perspectiva essencialista de poder, definida por princípios filosóficos, baseado no argumento de que o político não é o mesmo em cada sociedade. Assim, analisar o sentido de sociedades onde o Estado “não aparece”, pelo menos com as mesmas características da sociedade moderna, constituiu-se num de seus desafios de investigação. Nesse sentido, a política não deveria ser pensada a partir de instituições, mas de processos, nos quais os conflitos ou espaços diferenciados, que demarcam os limites do poder, aparecem mais ocultos.

Uma outra forma de interpretação que buscou repensar a política de um ângulo inovador diz respeito a sua expressão através de símbolos circunscritos ao espaço dos rituais. A valorização dessa dimensão responde a crítica aos modelos estritamente racionais, que pensaram os fenômenos rituais como simples maquiagem de apresentação da realidade ou sobrevivência do passado.

A compreensão do símbolo como modo de instauração do próprio social rompe, nessa nova perspectiva, com a idéia da separação entre “crença” e “realidade”, concebendo a política em sua face interativa com a vida cotidiana. O ritual seria assim, mais que um fenômeno de legitimação da ordem social, a maneira de dar sentido à cultura e as relações sociais. A tal ponto que Kertzer (1988) afirma que o ritual já se circunscreve ao social.

Buscar a política no mundo social e cultural constitui o esforço de retematização do poder vigente sobretudo na política clássica. Este pensamento encontra-se muito bem configurado na percepção de Geertz (1980), renovador da antropologia americana na década de 60, para quem a política é essencialmente ação simbólica. No estudo realizado sobre os balineses, analisa o conjunto de aspectos simbólicos que se efetivam em torno do poder estatal, não enquadrável nas concepções disponíveis, que “exageram a força, escondem a exploração, insuflam a autoridade ou moralizam os processos” (1980, p. 155).

A busca de continuidade entre vida cultural e Estado pode ser sentida nas palavras de Geertz:

Antes de tudo o mais, o Estado balinês era uma representação da forma como a realidade estava organizada; uma vasta imagem dentro da qual objetos como os kris, estruturas como os palácios, práticas como a cremação, idéia como 'dentro', e actos como o suicídio dinástico, tinham capacidades próprias. A idéia de que a política é um jogo imutável de paixões naturais, para cuja exploração serviriam, como meros dispositivos, instituições de dominação concretas, é errada em qualquer parte; em Bali, o absurdo dessa idéia torna-se patente. As paixões são tão culturais quanto os dispositivos; e o modo de pensar - hierárquico, sensorial, simbolista e teatral - que inspira um inspira o outro (1980, p.155).

O que Geertz traz de relevante nas suas descobertas a respeito da organização estatal Bali do século XIX, é a complexidade da vida social que impede a análise em separado dos fenômenos que cercam o “mundo da política” e o “mundo da cultura”. O Estado teatro engloba um campo variado de significados diferentes e imagens já consagradas do Estado Leviatã, percebido somente em seu ato de punição ameaçadora.

Atos políticos que envolvem emoções ritualizadas constituem, para o autor, uma espécie de matéria-prima, só passível de ser revelada através de uma poética do poder que não se restringe a uma simples mecânica, a exemplo do Estado balinês que “ia buscar a sua força, que era de veras real, às suas energias imaginativas, à sua capacidade semiótica de fazer com que a desigualdade encantasse” (p.156, *op. cit.*).

As proximidades entre a “política” e a “cultura” atravessam caminhos já sedimentados sobre a compreensão dos valores que regem as escolhas partidárias, os valores que incidem sobre os grupos de poder e, mais recentemente, as articulações entre política e meios de co-

municação.⁵ A análise das pautas, dos textos e imagens que incidem sobre os comportamentos políticos estão atualmente fortemente presentes em pesquisas que gradativamente encaminham-se para entender as motivações eleitorais, o uso do marketing político e demais fenômenos envolvidos por essa percepção da política em sentido mais amplo. Não seria exagero afirmar que assistimos mais recentemente a uma espécie de “culturalização da política”, por diferentes vias e interfaces, vindas de modificações operadas no plano de teorias e pesquisas distintas. Pensar as dimensões políticas da cultura implica também analisar os conflitos de poder presentes no mundo simbólico, evitando uma concepção integradora e harmônica da vida social. Esta é uma crítica que Thompson (1995) faz a Geertz, considerando que as construções significativas da cultura estão implicadas em relações de poder e conflito.

Não cabe, nos limites deste texto, uma reflexão sobre o significado mais profundo desse diálogo ou uma análise sobre os efeitos dessa articulação no cerne dos diferentes campos do conhecimento. O interesse dessas reflexões é tão-somente salientar a existência dessa interface, não restrita às discussões que cercam o tema da interdisciplinaridade.

No espaço concreto das pesquisas, as interações entre temáticas que convencionalmente habitavam áreas especializadas, segundo diferentes campos do conhecimento, são fecundas para o aprofundamento desse debate. Nesse sentido, as discussões sobre as interações entre “cultura” e “política”, feitas com base em pesquisas e experiências típicas da realidade brasileira, merecem ser mencionadas.

CULTURA E POLÍTICA NO CAMPO TEMÁTICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O estudo dos movimentos sociais constitui um dos exemplos mais significativos em torno do qual os temas culturais e políticos têm uma profícua convivência. Trata-se de uma articulação que acontece tanto no plano das discussões teóricas mais gerais, como no âmbito de análises mais concretas sobre comportamentos coletivos. Os problemas a respeito

da identidade dos movimentos sociais ou das representações culturais que subsidiam as práticas políticas são aí fortemente discutidos.

Se recordarmos os momentos iniciais de discussão sobre essa temática no Brasil, verificaremos que se vislumbrava a hipótese de que, a partir do objeto “movimentos sociais”, surgiria um novo paradigma capaz de perceber a construção da política na vida cotidiana. Uma outra concepção de política capaz de acolher práticas sociais não institucionalizadas passou a freqüentar os objetivos de muitos trabalhos, interessados em entender organizações coletivas existentes em diferentes recantos do país, que apareciam como uma espécie de *emergir* da sociedade civil.

A busca da política “fora da política” orientou muitas das análises preocupadas em não estreitar o universo de práticas sociais, caracterizado por formas de organização não estritamente partidárias. Captar o significado do que à primeira vista parecia espontâneo e não enquadrável nos formatos tradicionais de expressão política, constituiu o esforço singular de pesquisadores dos movimentos sociais ocorrentes em diferentes espaços da sociedade.

Paralela à tentativa de alargar o conceito de política, ampliando-o a formas de ação mais voltadas para a problemática do cotidiano, assistimos à percepção de movimentos de contestação como esferas importantes, capazes de sinalizar transformações na ordem social. Um autor que já se tornou referência importante na discussão sobre movimentos sociais sinaliza bem essa questão:

É dentro dessa estrutura celular da sociedade que o ‘fazer diferente’ cotidiano dos novos grupos sociais guarda suas metas. Exatamente porque essa “microfísica do poder” depende da realização subconsciente, até mesmo os modelos raros e débeis de uma prática social divergente representam um perigo em potencial, pelo menos enquanto a tendência for no sentido de questionar o automatismo inconsciente da obediência. Criando espaços de consciência menos dirigida pelo mercado, de

manifestações culturais menos alienadas ou de valores e crenças básicas diferentes, estes movimentos representam uma constante dose de elemento estranho dentro do corpo social do capitalismo periférico (Evers, 1994, p.15).

Importa destacar, no pensamento do autor, a presença de novas variáveis para pensar as dinâmicas de poder, descentralizadas em grupos e sujeitos que encarnam a experiência cotidiana de elaboração da vida social. A “reapropriação da sociedade por si mesma”, para usar as palavras do próprio Evers, fundamenta a tese de que a riqueza potencial dos movimentos é sociocultural.

Os recortes da identidade e da cultura ofereceram questões importantes à discussão do tema, em sua tentativa de apreender o diverso. Movimentos múltiplos, diferenciados e acontecendo em situações diversificadas.

Entender a especificidade de atores, que eram os protagonistas dos movimentos sociais, implicou reconstruir o espaço de experiências em processo de elaboração. Por esse motivo, a reconstrução de trajetórias de organização e mobilização foi valorizada, dando sentido a ações coletivas não imediatamente classificáveis dentro de amplos marcos conceituais disponíveis.

Eis porque a noção de experiência em Thompson (1979) constituiu uma espécie de alavanca teórica, importante para recompor trajetórias de grupos que não se definiam somente através de posições objetivas que ocupavam na estrutura produtiva, mas a partir de uma identidade de interesses historicamente construída. Entender a forma de organização e mobilização de grupos sociais implicou conhecer sua linguagem interna, sua cultura de contestação, explicável a partir de sua historicidade.

Em substituição a uma definição prévia do sentido, das lutas sociais, Thompson recupera a perspectiva de uma caracterização das classes sociais a partir de seu agir cotidiano, de sua ideologia gestada no plano concreto dos acontecimentos e na experiência acumulada.

Essa nova dimensão atribuída ao conceito de classe inclui enfaticamente a temática

da cultura, entendida como experiência acumulada de elaboração de conflitos. Muito embora o autor não tenha usado propriamente o conceito de “cultura política”, deu elementos para a introdução de práticas e percepções que permeiam os conflitos de classes, dando a estes especificidades ou contornos peculiares. Trata-se de uma ruptura com a noção de essência freqüente em concepções que vislumbram um papel histórico a ser desempenhado, independente das tramas conjunturais e posições sociais concretas vivenciadas pelos atores sociais.

Outras interações encontram também raízes fecundas no pensamento de Hannah Arendt (1991), que tomou como referência a sociedade grega para pensar a atividade política como constitutiva da vida social e, portanto, da própria condição humana. A dimensão política, para a autora crítica do pensamento totalitarista, estaria referida nos registros da ação e do discurso, capazes de estabelecer regras de sociabilidade e princípios que estruturam o mundo social. Essa visão alargada da política, além da dimensão institucionalizada do Estado, influenciou pesquisas sobre movimentos sociais, preocupadas em destacar o papel da linguagem e da memória na constituição de novas sociabilidades políticas.

O universo da cultura na análise dos movimentos sociais não se restringiu, portanto, à sua face instrumental politizada. Comportou também o estudo de modos de vida capazes de condicionar crenças e representações sobre a sociedade e a política construídas pelas classes populares. Assim, a análise do contexto cultural no qual se moviam as classes populares oferecia perspectiva para a compreensão das linguagens e práticas coletivas com repercussões variáveis no plano da sociabilidade e das dinâmicas interativas. Nesse sentido, muitas pesquisas que enfocaram o tema da periferia colocaram a necessidade de pensar as práticas coletivas de organização dentro de uma ótica mais ampla e capaz de ultrapassar uma visão restrita de política.

A proliferação das associações de moradores, que reflete a especificidade dessa forma através da qual as classes populares se constituem como sujeitos

políticos foi ressaltada por grande número de pesquisadores. Entretanto, os processos propriamente culturais subjacentes a essa movimentação política ainda não foram suficientemente esclarecidos (Duhram, 1986, p.87).

Um outro espaço dessa interface, que aparece na discussão sobre movimentos sociais, está na busca de compreensão da cultura como espaço que dá sentido às formas políticas de organização. Assim, modos de contestação ou elaboração de discursos foram percebidos como expressão da historicidade de determinados grupos sociais. Mulheres, negros, moradores, homossexuais, entre outros, constituíam seu processo de organização tendo em vista especificidades que não se totalizavam a partir de um único referencial, visto que as experiências que constituem as “identidades” desses distintos grupos percorriam diferentes zonas de constituição.

Uma teoria sobre o poder implícita nas teorizações sobre movimentos sociais aponta a ruptura com a noção tradicional de política, localizada em um ponto determinado da estrutura social. Os movimentos, percebidos enquanto recriadores de um social totalizante, acenavam com práticas diferenciadas e descentralizadas de poder construindo áreas de experiências dotadas de uma espécie de micropolítica. Nessa perspectiva, as formulações de Bruni são elucidativas:

Cada movimento cria um espaço próprio de intensa politização, não pela sua relação com o Estado, mas pela luta por novos direitos. Multiplicam-se as expressões políticas de opressão, porque as opressões são diversas, são dados de experiência que continuamente deslocam as fronteiras entre o que seria ‘político’ e o que seria ‘não político’ (1988, p.13).

Os argumentos de Bruni caminham no sentido de indicar transformações sociais que incidem no deslocamento de fronteiras entre diferentes campos do conhecimento, sendo os temas da diversidade e diferenciação evocados para demonstrar a necessidade da socio-

logia lançar mão de novas formulações conceituais. Segundo suas palavras:

Assim, o que é problemático para a sociologia, a heterogeneidade, a pluralidade, as incoerências, e dispersão, etc, torna-se virtude para a antropologia na medida em que suas preocupações não envolvem diretamente a sociedade como um todo, mas sim a cultura como um modo de expressão e manifestação de sentido da existência humana (Bruni, op.cit. p.32).

A prática dos movimentos sociais como instância de constituição de uma nova “cultura política” foi enfatizada por diferentes autores que percebiam as circunstâncias de mobilização, reivindicações e conflitos como a construção de uma alternativa crítica às instituições do regime autoritário (Barreira,1992). Uma espécie de ação política não convencional, porque mais ampliada que a instância partidária, redimensionava o curso de experiências que representavam o cerne de uma outra forma de aprendizagem diferenciada, por exemplo, das instâncias partidárias ou estritamente sindicais.

Assim, como os grupos sociais constituíram os movimentos, estes eram constitutivos de sujeitos, “novos personagens”, que na visão de Saader (1991), eram protagonistas de um cenário emergente de consolidação da sociedade civil.

As discussões sobre movimentos sociais também colocaram em pauta questões que são caras à ciência política, referentes ao tema da representação e delegação de poderes. As práticas de organização e escolha de lideranças no âmbito das experiências associativas foram percebidas, por muitos estudiosos, como formas de aprendizagem política efetivadas em níveis microssociais. A passagem dessa experiência restrita para uma outra de caráter mais amplo, relativa a cargos disputados na Câmara de vereadores foi percebida em conexão com uma “cultura política” típica dos movimentos sociais. Esta, dotada de elementos corporativos separa as formas cotidianas de representação daquelas que dizem respeito à política institucionalizada em cargos eletivos e partidos (Barreira, 1995).

CULTURA POLÍTICA E TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Um outro eixo analítico correlato à discussão dos movimentos sociais refere-se a formulações sobre a transição democrática brasileira. A partir do conceito de “cultura política” discutem-se as possibilidades de efetivação da democracia, tendo por base a criação de instituições que processaram a complexa pluralidade de objetivos presentes na sociedade brasileira (Moisés,1992).

A cultura política foi então entendida como o conjunto de representações culturais que informam o agir político, direcionando tanto os processos de escolha partidária como as adesões a ideologias e visões de mundo.

Trata-se de uma perspectiva mais genérica do que aquela atribuída aos movimentos sociais, de vez que o conceito de cultura política empregado

envolve, entre outras coisas, a generalização de um conjunto de valores, orientações e atitudes políticas entre os diferentes segmentos em que se divide o mercado político e resulta tanto dos processos de socialização, como da experiência política concreta dos membros da comunidade política (op. cit, p.7).

O dado importante a considerar nessas reflexões é a crítica à construção da política enquanto obra exclusiva das elites, minimizando, assim, a importância de amplos setores da sociedade na consolidação da democracia. A dimensão cultural abrange também a análise de estilos arcaicos e inovadores de se fazer política que corroboram para a criação de alternativas variadas de representação e delegação de poderes.

As articulações entre democracia e cultura política não se restringem à situação brasileira, sendo, portanto, extensivas a outros países da América Latina que vivenciaram a situação de ditadura. Lechner (1982), analisando os significados da política em diferentes contextos latino-americanos, considera a existência de espaços sociais que são impulsores de forças capazes de redirecionar

formas autoritárias de poder. Nesse sentido, espaços diversificados da sociedade civil são politizados, criando conexões fortes entre atividades culturais, políticas e religiosas.

Trata-se de um pensamento de inspiração gramsciana, que motivou intelectuais de diferentes países a perceberem o conjunto de representações, de práticas e sistemas ideológicos heterogêneos que se colocam como estratégia de mudança. O que estaria em jogo seriam as possibilidades de produção da sociedade civil, limitadas pela absorção de um Estado centralizador, tal como a situação francesa analisada por Rosanvalon (1977).

RITOS ELEITORAIS: ARTICULAÇÃO DE PROCESSOS CULTURAIS E POLÍTICOS

Os momentos eleitorais são especialmente ricos para se pensar nos entrelaçamentos de processos culturais e políticos. Nesse contexto, estudiosos da temática postulam uma crítica aos modelos clássicos de política, que analisam os comportamentos eleitorais fundamentando-se em escolhas racionais e baseando-se em variáveis que são deduzidas de condições socioeconômicas. Talvez, não seja exagero afirmar que foram as “surpresas eleitorais” ou a ausência de uma lógica previsível das escolhas, que tornaram evidente a busca de compreensão das eleições, tendo por referência um *continuum* entre crenças e valores políticos.

A introdução do marketing político, com seus apelos dirigidos a segmentos diferentes da sociedade, é sintoma de que o fenômeno eleitoral abarca temas e comportamentos que não se explicam somente no plano da racionalidade ou lógica partidária. Nessa perspectiva, Pacheco (1994) afirma que o “marketing eleitoral está mais próximo da antropologia que da política”. Segundo ele, não por acaso a análise mais aguda da eleição Collor versus Lula foi elaborada por Gilberto Velho.

A contribuição da cultura como elemento importante para a compreensão dos fenômenos políticos coloca em cena a presença, cada vez mais forte, de aspectos simbólicos que, antes de serem meros adornos ou simples estratégia de marketing, corroboram para

a própria constituição da política enquanto ação dotada de sentidos e estratégias.

A presença crescente de artistas em campanhas eleitorais, ou a existência de rituais que acenam com práticas religiosas e festivas, colocam para o pesquisador a necessidade de lançar mão de variáveis culturais capazes de equacionar essa “expansão gradativa da política para outros campos da vida social”.

A “festa na política”, bem exemplificada na campanha das eleições diretas para a presidência da República, coloca em evidência o emergir de discursos e práticas sociais, cuja teia de significações evoca enredos e narrativas de cunho ético, simbólico e estético. As reflexões de Meyer e Montes (1985), sobre o alcance político da festa cívica, que englobou os momentos de mobilização popular em torno da votação do colégio eleitoral, doença e morte de Tancredo Neves, são bastante significativas. Os eventos, distribuídos em torno de quarenta dias, permitiram

antes de mais nada, a compreensão de que, ao longo deles, construiu-se um outro discurso específico sobre o poder e a política, que a antropologia, mais do que a ciência política, nos ajuda a desvendar (Meyer e Montes, 1985, p.68).

Essas práticas interativas entre política e atividades outras da vida social não podem ser consideradas propriamente novas. A pesquisa histórica de Burke (1994), a respeito da corte de Luís XIV, coloca em evidência mecanismos de persuasão, de construção e apresentação de imagem, que são reveladores de uma compreensão larga da questão política para além da esfera restrita do poder. A busca de legitimidade já apontada por Weber, como elemento importante de consagração da política coloca-se como percurso importante de investigação para Burke, que realizou o estudo do passado a partir de novas categorias de percepção.

Pesquisas recentes de base antropológica a respeito de processos eleitorais são reveladoras da busca de referências culturais, capazes de explicar não só as escolhas eleitorais, mas processos mais amplos que informam as práticas de poder e ação política.

As motivações para o voto baseadas em supostos da antropologia social e cultural permitem, segundo Goldman (1994), superar algumas das análises da ciência política que tanto explicam o voto pela localização econômica do eleitor, como pela identificação partidária. A recuperação das tramas micropolíticas implicaria, nessa direção, reconhecer as complexidades das motivações individuais e fatores diversos de ordem cultural que interferem no voto. As atribuições de irracionalidade a comportamentos não previsíveis, ou distantes de uma lógica partidária, terminariam por desconhecer que a política deve ampliar-se a distintas esferas do social que não se esgotam na própria política. Em síntese, as conclusões de Goldman vão na seguinte direção:

É hora, pois, de deixar de trabalhar com uma concepção apriorística do que seja a política, concepção raramente partilhada por agentes sociais efetivos, o que costuma conduzir a uma espécie de surpresa que acaba por reduzir concepções positivistas e específicas a carências e faltas. O reconhecimento de que existem diferentes formas de pensar e viver o político e de que essas concepções informam de modo específico a prática e as demais representações dos agentes nos parece um passo preliminar para a renovação dos estudos a respeito deste campo, afastando-nos dos fantasmas de “irracionalidade”, sempre invocados ou exorcizados quando não compreendemos nem aquilo que pretendemos falar (Goldman, 1994, p.16).

A percepção da política em sua dimensão discursiva constitui uma outra vertente que valoriza a influência das crenças e percepções sobre as escolhas eleitorais. No caso das eleições presidenciais de 1994, o eixo da oposição entre as candidaturas de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva foi construído em torno de valores relativos à “ordem ou caos”. A polaridade sugere o caráter móvel do discurso político circunstanciado em representações sociais que se encontram

difundidas em diferentes espaços da vida social Pinto Jardim (1995).

Se a “política” não se reduz a um espaço restrito da sociedade, sua expressão em um momento específico, como é o caso das eleições, possui também linha de continuidade com o cotidiano.⁶ O “tempo da política” explicitado nos momentos eleitorais, representa a oportunidade de afirmação de processos sociais pouco visíveis na vida cotidiana. Isso porque *durante* o tempo da política,

as facções políticas, que, no dia a dia, se dissolvem em múltiplas redes de relações pessoais, mostram-se por inteiro e, por assim dizer, ganham existência aos olhos dos membros daquela sociedade. Na disputa faccional que se estabelece nessa ocasião, está em jogo menos uma disputa eleitoral stricto sensu do que a afirmação de peso relativo de diferentes partes da sociedade uma diante das outras, o que é decisivo para o ordenamento das relações sociais” (Heredia e Palmeira, 1995, p.34).

Buscar o significado da política fora da esfera estritamente institucional constitui o caráter original dessas reflexões que apreendem as fronteiras tênues que separam os processos socioculturais e políticos. Muito embora as representações sociais instituídas separem essas esferas e ritualizem essa separação, a análise socioantropológica pode introduzir ricos significados, a partir da visão das eleições como momento oportuno de explicitação das diferenças. Momento em que as disputas podem ser radicalizadas e em que é possível romper a trégua e deixar emergir o calendário dos conflitos.

A percepção dos momentos eleitorais para além da eficácia ou racionalidade contida nas escolhas permite verificar o estabelecimento de redes de comunicação, de ordenamento cotidiano que dão inclusive sustentação ao poder. A esse respeito, a campanha presidencial do PRI no México Lomnitz Adler (1990) analisa os modos culturais e hierarquias que são constitutivas do Estado e se revelam em rituais de campanha. Estes rituais demonstram a con-

vivência de uma utopia democrática com um sistema hierarquizado, cuja ambigüidade gera a negociação em torno de um projeto nacional.

UM DESLOCAMENTO DE FRONTEIRAS

Os campos temáticos de pesquisa que englobam o estudo de movimentos sociais ou análises de campanhas eleitorais apontam possibilidades interativas entre os temas da “cultura” e da “política” a partir dos seguintes pontos: a busca do significado da política no campo das representações culturais; análise das práticas políticas fora das instâncias convencionais tais como Estado, partidos políticos e sindicatos. A busca do significado das práticas políticas no espaço das representações culturais implicou a análise de escolhas eleitorais ou adesões ideológicas para além das expectativas formalistas que associavam, naturalmente, situações de classe, etnias ou sexo a formas de comportamento político. Nesse sentido, o que antes se nomeava de “irracional”, por não corresponder a comportamentos esperados, passou a fazer sentido no espaço de uma compreensão mais totalizante das ações sociais. A dimensão simbólica da política apontou para a análise dos diferentes sentidos que constituem o campo múltiplo das ações sociais. Assim, os espaços da vida cotidiana e o que se convencionou chamar de “política” encontram modos diversos de entrelaçamento.

As pesquisas sobre movimentos sociais, na medida em que pensaram na emergência de espaços de sociabilidade como potencialidade de mobilização e elaboração de conflitos, deslocaram a esfera do político de sua centralidade habitual. Nesse contexto, tornou-se evidente a percepção de processos da vida social capazes de viabilizar experiências e constituir espaços de conflito. Sob a ótica da transformação ou da expressividade de ações na esfera pública os movimentos sociais sinalizaram o sentido da política em uma perspectiva ampla, capaz de englobar a esfera das ações cotidianas. Observa-se portanto, um deslocamento do sentido da política explicitado em instituições para o campo dos processos sociais e culturais, recuperando, de algum modo, o sentido originário da política.⁷

DIÁLOGOS DE UM ENRIQUECIMENTO MÚTUO

As conexões entre “cultura” e “política”, apontadas a partir de diferentes perspectivas, estão além das divisões ordenadas do conhecimento, valorizando as redes de relações que se processam na vida cotidiana.

A diversidade de pesquisas e consequente formação de “novos campos temáticos” têm revitalizado modelos que ultrapassam as fronteiras exclusivistas do conhecimento. A vigência desses espaços “interdisciplinares” afirma a crença na pesquisa e não nas respostas lógicas que deixam à margem a complexidade e riqueza das relações sociais.

As concepções de cultura e política têm, nesse horizonte, espaços modificados a partir de algumas características:

1. Mudanças na visão da política como teleologia;
2. Modificação na noção de cultura como expressão uniforme de padrões culturais;
3. “Cultura” e “política” como temas articulados.

A busca da política em suas expressões não institucionalizadas, ou seja, a elaboração da política no fazer cotidiano de grupos associativos e entidades profissionais motivou a percepção das ações coletivas como não estando restritas a uma dimensão teleológica: a política sem a finalidade da grande transformação ou acontecimento grandioso. Personagens que “fazem a política” sem o cargo oficial da representação acenam com a construção da cidadania com base no artefato presente e rotineiro da vida social.

A perspectiva da cultura em sua diversidade representa, atualmente, uma crítica à noção de sistematicidade ordenada de normas e valores, que foi herdada da concepção funcionalista. O reconhecimento da diferença e a desconstrução das hierarquias simbólicas apontam a pluralidade como repertório de significantes, realimentado no âmbito das pesquisas.

Na realidade, as vinculações entre cultura e política já fazem parte do exercício cotidiano de muitos pesquisadores, entre os quais antropólogos que pensaram o objeto etnográfico como totalidade indivisível Peirano (1995). Nesse sentido, as interações, em si mesmas, não constituiriam nenhuma novidade.

É possível argumentar, no entanto, que as formas de articulação conceitual são variáveis no tempo, sobretudo tendo por base a afluência sempre presente de pesquisas que não cessam de deslocar fronteiras disciplinares. Elas são, assim, zonas de arejamento através das quais os temas vinculados à cultura e à política têm se realimentado.

Não por acaso, as manifestações políticas passam a ser repensadas, tanto pela sociologia como pela ciência política e a própria antropologia sob o ponto de vista da cultura. Seja porque a esta permite introduzir a noção de desordem, seja porque permite flexibilizar concepções de causalidade ou finalidade que freqüentam muitas análises sociológicas.

Processa-se, nesse diálogo, uma relação de enriquecimento mútuo que retira a análise dos fenômenos políticos de um enquadramento restrito, ao mesmo tempo em que acrescenta às percepções dos processos culturais os temas referentes ao conflito, incluindo as estratégias do poder simbólico. Sob essa dinâmica os temas recentes da “globalização” ou “desencantamento da política” podem ganhar novos significados, na medida em que o escopo do olhar seja ampliado para se pensar na interface entre processos culturais e políticos.

NOTAS

- ¹ Embora as ciências sociais em seu conjunto tenham incorporado às suas análises discussões que priorizam a “cultura” e a “política” como variáveis analíticas, no âmbito das divisões disciplinares a cultura passou a ser o “objeto” por excelência da antropologia, enquanto a “política” passou a ser assunto da ciência política.
- ² Uma sistematização sobre a evolução do conceito de cultura encontra-se em Thompson (1995, p.165). Também Shalins (1997, p. 41) desenvolve uma polêmica discussão sobre as diferentes acepções de cultura no campo da antropologia.
- ³ A discussão de Otávio Velho (1991) sobre o relativismo chama atenção para as dificuldades do elogio da diversidade, que poderá trazer como consequência o particularismo generalizado, que abdica da

discussão sobre as grandes opções culturais. A crítica ao relativismo cultural encontra-se fundamentada em Rouanet (1993).

- ⁴ Goldman e Palmeira (1997) destacam diferentes concepções assumidas pela antropologia. Desde a década de 40 o estrutural funcionalismo desloca a questão do poder do Estado para as instituições sociais. Na década de 60 a “antropologia política” propôs a substituição do estudo de grupos pelo de redes e processos, valorizando as interações sociais. Ao longo da década de 70 ocorreram alguns “descenramentos” mais radicais, oriundos de discussões teóricas e movimentos da década de 60. Tais “descenramentos” foram viabilizados por autores que enfatizaram o poder como feixe de relações sociais ou lutas simbólicas em diferentes níveis e antropólogos preocupados em pensar interações entre política e vida cotidiana, fora do crivo restrito da dominação.
- ⁵ A influência dos meios de comunicação na produção, circulação e recepção de bens simbólicos é explorada em Thompson (1995, p.172).
- ⁶ A análise da política como constituição de um tempo que mobiliza práticas diferenciadas, percepções e rituais que aparecem no cotidiano das pequenas cidades encontra-se bem explicitada na pesquisa de Heredia e Palmeira (1995, p. 34) sobre os comícios e políticas de facções.
- ⁷ A política em seu significado clássico, derivado de *pólis* incluía tudo o que é relativo à cidade, portanto, civil, social e público. Ao longo do tempo, o uso do termo passa a designar especificamente atividades ligadas ao Estado e às formas de governo (Bobbio e Matteucci, 1986, p. 954 -962).

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDER, Jeffrey C. (1987), “O novo movimento teórico”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: ANPOCS, n. 4, v. 2, 2 junho.
- ALMOND G. e VERBA S. (1963), “The Civic Culture”. Little Brown and Company, Boston.

- ARENDRT, Hanna. "A condição humana". 5. ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1991.
- BALANDIER, Georges. "Antropologia política". Lisboa: DIFEL; São Paulo: EDUSP, 1978.
- BARREIRA, Irllys Alencar F. "O reverso das vitrines: conflitos sociais e cultura política". Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- _____. "A representação como espelho: universo cultural e político das candidaturas populares". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, Ano 9, nº 26.
- BOBBIO, N. e MATTEUCCI, N. "Dicionário de Política". 2. edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. "O poder simbólico". Lisboa, DIFEL, 1989.
- BRUNI, José Carlos. "Há uma crise das ciências sociais?" *O Pensamento social em crise e as artimanhas do poder*, Seminários Debates UNESP, São Paulo: UNESP, 1988.
- BURKE, Peter. "A fabricação do rei". Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto. "A categoria de (des) ordem e a pós-modernidade da antropologia". *Pós-modernidade*. Campinas-SP: EUNICAMP, 1990.
- CASTORIADIS, Cornelius. "A instituição imaginária da sociedade". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- DAHL, Robert. "A moderna análise política". Rio de Janeiro: Lidador, 1956.
- DIAS, Fernando C. "Estudos Culturais: a tradição sociológica". *Sociedade e Estado*, (?), v. VIII, n.1 e 2, Brasília. janeiro/dezembro, 1993.
- DUHRAN, Eunice. "A sociedade vista da periferia". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.1, São Paulo, junho, 1986.
- EVERS, Tilman. "Identidade, a face oculta dos movimentos sociais". *Novos Estudos Cebrap*, v. 2, n. 4, São Paulo, 1994.
- FOUCAULT, Michel. "A microfísica do poder". 11a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- GEERTZ, Clifford. "Negara, o Estado teatro no século XIX". Lisboa: DIFEL; São Paulo: EDUSP, 1969.
- GIDDENS, Anthony. "As conseqüências da modernidade". São Paulo, UNESP, 1991.
- GIRARDET, Raoul. "Mitos e mitologias políticas". São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOLDMAN, Márcio e SANTANNA, Ronaldo. "Teorias, representações e práticas: introdução a uma análise antropológica do voto". *Antropologia e eleições*. Rio de Janeiro: PPGAS - MN, 1994.
- HEREDIA, Beatriz e PALMEIRA, Moacir. "Os comícios e as políticas de facções". *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- KERTZER, David I. "Ritual, politics and power". London: Yale University Presse, New Haven, 1988.
- LECHNER, Robert (Editor). "Que significa hacer política?" Lima: Desco, 1982.
- LOMINITZ, Adler, LARISSA e outros. "El fondo de la forma: Actos publicos de campaña presidencial del Partido Revolucionário Institucional". Working Paper 135, México, 1990.
- MACHADO, Lia Zanotta. "Campo intelectual e feminismo: alteridade e subjetividade nos estudos de gênero". *Série Antropologia*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.
- MEYER, Marlise e MONTES, Maria Lúcia. "Redescobrimo o Brasil: a festa na política". São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1985.
- MOISÉS, José Álváro. "Democratização e cultura política de massas no Brasil". *Revista de Cultura e Política Lua Nova*, São Paulo: CEDEC, n. 26, 1992.
- PACHECO, Cid. "Marketing eleitoral, a política apolítica". *Revista Comunicação e Política*, Rio de Janeiro.
- PALMEIRA M. E GOLDMAN M. "Antropologia, voto e representação política". Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.
- PEIRANO, Mariza. "A favor da etnografia". Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PINTO, Jardim Céli. "Uma ordem no caos: a (Real) idade do discurso político na eleição presidencial de 1994". Porto Alegre. [mimeo], 1995.
- PONTE, Victor Manuel Durand. "Contexto e mudança na cultura política mexicana". *Revista de Cultura e Política Lua Nova*, São Paulo, n. 26, 1992.

-
- ROUANET, Paulo Sérgio. "Mal estar na modernidade". São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SAADER, Eder "Quando novos personagens entraram em cena". São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- SAHLINS, Marshall. "O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um 'objeto' em via de extinção". *Revista Mana*, estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 1997.
- THOMPSON, John B. "Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa". Petrópolis: Vozes, 1990.
- THOMPSON, P. "Tradición, revuelta y consciencia de clase". Barcelona, Editorial Crítica, 1979.
- ROSANVALON, P e VIVERET, P. "Pour une nouvelle culture politique". Paris, Seuil, 1977.
- VELHO, Otávio. "Relativizando o relativismo". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 29, 1991.